

ANAIS DA

I Semana Acadêmica de Direito do Vale do Juruá

Acesso à Justiça na Amazônia Acreana



16 A 20 DE OUTUBRO 2023

ORGANIZADORES

MARCOS VENÍCIUS HENRIQUE LIMA
RENATA DUARTE DE OLIVEIRA FREITAS
RONILTON BRUNO NOBRE HONORATO



Eudfac

Cruzeiro do Sul - AC



Anais da I Semana Acadêmica de Direito do Vale do Juruá

Marcos Venícius Henrique Lima, Renata Duarte de Oliveira Freitas, Ronilton Bruno Nobre Honorato (org.)

ISBN 978-65-88975-81-7 • Feito Depósito Legal

Copyright© Edfac 2024

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora Afiliada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial (Consedufac)

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garçon de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração

Ormifran Pessoa Cavalcante

Projeto Gráfico

Ronilton Bruno Nobre Honorato

Universidade Federal do Acre
Biblioteca Central

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a Semana Acadêmica de Direito do Vale do Juruá (2023 out. 16-20 : Cruzeiro do Sul, AC)
 Anais da I Semana Acadêmica de Direito do Vale do Juruá [recurso eletrônico] / Organizadores Marcos Vinícius Henrique Lima, Renata Duarte de Oliveira Freitas, Ronilton Nobre Honorato. – Rio Branco: Edufac, 2024. 15 p. [recurso eletrônico]

Vários autores.
ISBN: 978-85-88975-81-7

1. Direito – Estudo e ensino. 2. Formação acadêmica. 3. Pesquisa jurídica – Brasil – Congressos. I. Lima, Marcos Vinícius Henrique (org.). II. Freitas, Renata Duarte de Oliveira (org.). III. Honorato, Ronilton Nobre (org.). IV. Título.

CDD: 340

Bibliotecária: Alanna Santos Figueiredo - CRB 117/1003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Profa. Dra. Margarida de Aquino Cunha

Reitora da Universidade Federal do Acre

Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira

Vice-Reitor da Universidade Federal do Acre

Prof. Dr. Carlos Paula de Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. Dra. Ednaceli Damasceno

Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Hugo Mota Ferreira Leite

Diretor do Centro Multidisciplinar de Cruzeiro do Sul

Profa. Ma. Renata Duarte de Oliveira Freitas

Coordenadora do projeto de extensão da I Sadjur

Marcos Venícius Henrique Lima

Coordenador do Centro Acadêmico de Direito do Vale do Juruá

Coordenação da I Semana Acadêmica de Direito do Vale do Juruá (I Sadjur)

Flávia Roberta Lima Vasconcelos

Hayane Nunes da Silva

Marcos Venícius Henrique Lima

Pedro Joaquim Valente Calixto

Renata Duarte de Oliveira Freitas

Ronilton Bruno Nobre Honorato

Extensionistas / Assistentes

Alícia Areal da Silva

Ana Flávia Marinho Soares

Daniela Silva do Nascimento

Francisco Moreira da Silva

Gabriela Gadelha da Silva

Jaquisson de Vasconcelos Maciel

João Lucas Magalhães Alencar

Letícia da Silva Negreiros

Luciana Lara da Silva

Luís Eduardo Silva Rocha

Luiz Fernando da Silva Pedroza

Paulo Henrique Pedrosa Evangelista

Thaís de Souza Costa

Apoio e Agradecimentos

Água Cristal Distribuidora

Assessoria Jurídica da Diocese de

Cruzeiro do Sul

Associação Comercial de Cruzeiro do Sul

Associação de Docentes da Ufac

Autoescola WG

Opção Contabilidade

Cerâmica Terças

Cine Romeu

Coletivo dos Estudantes Indígenas da Ufac

Deputada Estadual Michelle Melo

Geagá Cafeteria

Governo do Estado do Acre

Instituto Fronteiras

Ministério Público do Estado do Acre

Ordem dos Advogados do Brasil –

Seccional Acre, Subseccional Vale do Juruá

Páprika Cozinha Gourmet

Pousada Canto e Encanto Janaína

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul

Rafael Dene Advocacia

Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial – Senai/AC

Sindicato dos Trabalhadores em

Educação do Acre

Studio Afro Tupi

Tamá Lima Beaty Spa

Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Universidade Federal do Acre (Ufac)

APRESENTAÇÃO

Do dia 16 a 20 de outubro de 2023, o curso de bacharel em Direito da Universidade Federal do Acre, Campus Floresta, localizado em Cruzeiro do Sul, Acre, realizou após 6 anos de existência, a I Semana Acadêmica de Direito do Vale do Juruá (I Sadjur). Com o tema “Acesso à justiça na Amazônia acreana”, a Semana Acadêmica ocorreu no período noturno, das 19h às 22h30, contando com debates e mesas redondas de forma simultânea.

A abertura ocorreu no primeiro dia (16), com a apresentação cultural Coletivo dos Estudantes Indígenas da Ufac. Em seguida, houve a composição da mesa de abertura com o dispositivo de honra e a aguardada palestra magna, com Gomercindo Rodrigues, o advogado e ex-assessor do líder Chico Mendes, com a temática “As facetas do acesso à justiça na Amazônia acreana”, explicitando sobre sua trajetória e a percepção do sistema de justiça acreano.

Já no segundo dia (17), foi dado início às atividades simultâneas, ocorrendo tanto a palestra sobre “O papel da Defensoria Pública no acesso à saúde no Vale do Juruá”, com o Defensor Público do Acre, Diego Luiz Sales, quanto uma mesa-redonda. Esta mesa concentrou-se na temática sobre a “A luta dos sindicatos e movimentos sociais no acesso à justiça no Vale do Juruá”, e foi composta por representantes dos principais sindicatos da região: Jairo Benitz do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias da Regional do Juruá (SindSaúde/Juruá); Elinete Nascimento, da Colônia de Pescadores Z-1; Alcione Borges, do Sindicato dos Enfermeiros do Acre (Seeac); Ronilton Honorato, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sinteac); Dona Branca, do Coletivo Mulher Flor; e Marcelo Zaboetsky da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre (Adufac).

No terceiro dia (18), houve a mesa-redonda acerca do “Enfrentamento à violência de gênero no Acre”, com Sergiane Souza, representante da Secretaria do Estado da Mulher no Juruá; Carol Puyanawa, militante dos direitos das mulheres indígenas; Flávila Barboza, professora da Ufac; e Camila Albano, Defensora Pública do Acre. De maneira concomitante, outra mesa-redonda tratava do tema “Efetivando direitos nas políticas públicas: um olhar pela perspectiva do exercício ativo da cidadania”, composta pelo professor Charles



Borges Rossi, da Ufac, e Leonardo Honorato, Promotor de Justiça do Ministério Público do Acre.

O quarto dia (19) foi reservado aos minicursos, ofertados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, subseccional Vale do Juruá). Esses cursos contaram com assuntos ligados ao Direito de Família, Recursos no Direito Civil, Prática Trabalhista e Direito Previdenciário, aplicados pelos advogados Marcelle Martins Vieira, Alan Souza de Lima, Efrain Santos e Ocilene Alencar e Weima Kedila Barbosa, respectivamente.

Já o encerramento, no dia 20, iniciou com a apresentação de pôsteres dos resumos aprovados na I Sadjur, que compõem estes Anais. Em seguida, houve a mesa-redonda intitulada “Os gargalos institucionais do acesso à justiça no Vale do Juruá”, com a presença de Gláucia Gomes, Juíza; de João Augusto, Defensor Público; de Ocilene Alencar, advogada; de Luís Eduardo Rocha, discente; e de André Pinho, promotor. O evento foi oficialmente encerrado com a apresentação do *Slam Marginal*.¹

Assim, a urgência em se tratar de assuntos sociojurídicos pertinentes a esta região do Estado, com atores sociais incluídos nas discussões acadêmicas e explorando a realidade local a partir de suas vivências, foi o pontapé para o recém-criado Centro Acadêmico de Direito do Vale do Juruá (Cajur) organizar a primeira semana acadêmica do curso, inaugurando também sua existência enquanto coletividade e representatividade estudantil. Vale ressaltar que a construção e execução deste inédito feito só foi possível devido a muitos sujeitos e sujeitas que contribuem também para este Juruá.

Desse modo, estes Anais apresentam-se não só como a memória documental desta semana acadêmica, com a publicação dos resumos elaborados pelos discentes, fruto de suas pesquisas, bem como fortalece o tripé da universidade pública (ensino, pesquisa e extensão) fincando, compassadamente, raízes nesse sinuoso chão de águas escuras.

Ronilton Bruno Nobre Honorato
Vice-Coordenador do Cajur

¹ Apresentação oriunda da poesia de rua, com os jovens poetas do Vale do Juruá que utilizam essa arte como ferramenta de intervenção social e levam à reflexão sobre o lugar em que vivem, com temas acerca de feminicídio, desigualdade social e racismo, corrupção, entre outras formas de opressão que atingem as minorias.

SUMÁRIO

07 RESUMOS

08 ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS DE KARL MARX

Júlio Ivo Celestina Ferreira, Alícia Areal da Silva e Luciana Lara da Silva

11 OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Sabrina Cassol e Flávia Roberta Lima Vasconcelos

13 O RECONHECIMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DOS SÍTIOS NATURAIS SAGRADOS COMO CAMINHO PARA A PRÁXIS DE PRESERVAÇÃO HUMANA

Renata Duarte de Oliveira Freitas, Paulo Henrique Pedrosa Evangelista e Pedro Rian Souza da Silva Santos

RE

SU

MOS

ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS DE KARL MARX

*Júlio Ivo Celestino Ferreira*²

*Alícia Areal da Silva*³

*Luciana Lara da Silva*⁴

Neste trabalho, o objetivo geral consiste em compreender categorias como a alienação e a emancipação expostas nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* de Karl Marx, através de uma revisão bibliográfica dos seus textos de 1844, os quais se relacionam também com a gênese da crítica à economia política. Dessa forma, foi traçada uma evolução histórico-biográfica e teórico científica do pensador alemão, analisou-se aspectos econômicos, políticos e jurídicos presentes nesses textos, para compreender categorias tais como a alienação, a emancipação humana e o trabalho, discutidos nos *Manuscritos de 1844*, onde pode-se identificar a origem de uma análise das leis tendenciais da sociedade capitalista. Este estudo ilumina a evolução do pensamento de Marx e as suas contribuições para a compreensão da gênese, do desenvolvimento e da estrutura da sociedade capitalista. Para conduzir essa pesquisa, adotou-se uma metodologia que abrangeu a revisão bibliográfica das obras mencionadas de Karl Marx, juntamente com a análise das interpretações desses textos. Essa abordagem buscou uma compreensão fundamentada das críticas do autor à sociedade civil-burguesa e à estrutura jurídico-política relacionada. Essa abordagem também contestou a ideia de um “corte epistemológico” proposta por Louis Althusser, destacando a importância dos manuscritos do jovem Marx e no entendimento do desenvolvimento de suas críticas ao direito, à política e à economia política, pois, é necessário debruçar-se mediante as obras iniciais a fim de melhor compreender as ideias do autor em sua maturidade. Dessa forma,

² Professor da Universidade Federal do Acre. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Direito pela UFPB. Líder do Grupo de pesquisa em Marxismo, Direito e Teoria Social (GPMarx). E-mail: julio.ferreira@ufac.br.

³ Graduanda do Curso Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac, Campus Floresta). E-mail: alicia.silva@sou.ufac.br.

⁴ Graduanda do Curso Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac, Campus Floresta). E-mail: luciana.lara@sou.ufac.br

a construção e a percepção da alienação mostram-se principia a linha de pensamento de juízo apresentada em obras posteriores, visto que, a alienação é que permite a consumação da sociedade capitalista, em nome dos imperativos do capital, por meio da expropriação do ser humano, fato que ocasiona um rebaixamento em sua própria humanidade, levando à desumanização. A alienação é materializada à medida em que se cria uma distância entre os trabalhadores e o produto final, cria-se uma relação de subserviência aos trâmites do mercado. Ela está diretamente ligada à propriedade privada, pois, ao se tornarem meros proprietários, os homens perdem o controle sobre o próprio processo de produção. É nesse sentido que a emancipação humana é apresentada nos *Manuscritos de 1844*, no contexto capitalista constata-se que a propriedade privada não apenas despedaça e segrega os indivíduos, mas também separa os seres humanos de sua própria essência criativa. É sobre o manto da propriedade privada que os produtos do trabalho humano se tornam independentes e algozes, no lugar de expressões humanas de sua atividade criativa. Dessa forma, a emancipação humana seria a liberdade, de modo a superar o trabalho alienado e a propriedade privada e, com eles, a própria alienação, proporcionando o equilíbrio da humanidade e da natureza, no qual os humanos recuperaram sua própria humanidade e potência criativa.

Palavras-chave: Alienação; Emancipação; Karl Marx.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Tradução Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. Cadernos de Paris. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris**; Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015a.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris**; Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, Livro 1 – o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Sabrina Cassol⁵

Flávia Roberta Lima Vasconcelos⁶

O Observatório de Direitos Humanos da Universidade Federal do Acre é um laboratório que unirá ensino, pesquisa e extensão na área das ciências sociais, mas precisamente no ramo dos Direitos Humanos, que agrega profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento, por tratar de problemas que atingem a sociedade como um todo. Nesse sentido, buscar-se-á potencializar e ampliar ações que visam diagnosticar os problemas sociais no contexto amazônico brasileiro, (mais precisamente as temáticas relacionadas ao racismo, imigração, violência doméstica e de gênero e educação em direitos humanos), e os seus impactos na vida social cotidiana, estimulando o desenvolvimento social e o espírito crítico dos discentes com vista à sua atuação profissional, oportunizando a interlocução da academia com o público-alvo escolhido. O laboratório será uma iniciativa multistitucional articulada dentro da Universidade, na qual o tripé educacional articulará múltiplas ações, de caráter humanizado, que contemplem eixos na defesa dos direitos de grupos populacionais em vulnerabilidade social no território amazônico, mais precisamente: a) o movimento negro amazônico, b) os direitos dos imigrantes, c) o combate a violência doméstica e de gênero e, d) a educação em e para os direitos humanos. Seu objetivo visa construir a formação de uma rede internacional e interdisciplinar sobre as relações de poder frente a evolução dos direitos humanos e posteriormente a implementação, execução, divulgação e fiscalização de projetos e ações de extensão que promovam e efetivem os direitos dos grupos vulneráveis como público-alvo (migrantes, negros, educação em direitos humanos) por meio da criação de um observatório de Direitos Humanos da Universidade Federal do Acre. Para tanto

⁵ Professora do Curso Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac, Campus Sede, Rio Branco). Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Brasília (UnB); Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). E-mail: sabrina.cassol@ufac.com.

⁶ Graduanda do Curso Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac, Campus Floresta). E-mail: flavia.vasconcelos@sou.ufac.br.

no primeiro momento far-se-á oficinas e treinamentos de formação de cientistas com o devido rigor acadêmico visando o debate e a promoção dos direitos humanos e posteriormente a construção de plataforma confiável que divulgue às práticas pedagógicas e sociais de reflexão, bem como, a construção de relatórios quantitativos a partir da verificação de ocorrências concretas na Amazônia. Pretende-se ainda criar redes sociais para divulgação dos resultados encontrados, como *site*, *instagram* e *facebook*, já que cada uma atinge acessos de forma diferente no âmbito da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Amazônia, Vulnerabilidade Social, Educação.

Referências

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1999, p. 14. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/estagiosadm/documentos/metodologiacientificaestagio.doc>>. Acesso em: 19 out. 2007.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 67-68.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, administração pública e sociedade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 27.

MOURA, Laércio Dias de. **Construindo a Cidadania**. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 91.

O RECONHECIMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DOS SÍTIOS NATURAIS SAGRADOS COMO CAMINHO PARA A PRÁTICA DE PRESERVAÇÃO HUMANA

*Renata Duarte de Oliveira Freitas⁷
Paulo Henrique Pedrosa Evangelista⁸
Pedro Rian Souza da Silva Santos⁹*

O presente resumo tem como objetivo analisar nuances de relações presentes entre o homem e o meio natural, observando conjunturas para a construção de veredas que permitam a conservação natural, promovendo um acesso à justiça climática e ambiental, desvincilhando das concepções da binaridade homem-natureza tão enraizadamente construídas e mantidas pelas sociedades industriais modernas. Assim, analisa-se as mais salutares trilhas para a concretização da conservação em meio ao “aceleracionismo” que a contemporaneidade monopoliza, prezando por mecanismos que prescindam de métodos não convencionais de preservação, levando em consideração a situação atual que a materialidade consoma, dentro destes ditames, acentua-se os pilares formadores das comunidades tradicionais e indígenas em suas variações e seu amalgama inextrincável cultural e religioso com a natureza, tornando relevante a construção desses povos e sua ligação com a floresta por meio de crenças e costumes as bases fundantes para o condicionamento da real proteção de locais com valores sacro-religiosos evidenciando um contexto humano-natural religioso em lugares denominados como Sítios Naturais Sagrados (SNS). Dessa maneira, constata-se a priori, que um possível reconhecimento dos SNS em caráter legislativo e jurídico possibilite um passo à frente para a ampliação e compreensão da importância desses locais de

⁷ Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela UFRN Graduada em Direito pela Universidade Potiguar (UnP) Professora do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisadora na área de Direito Ambiental, Constitucional e Direito Achado na Rua. E-mail: renata.freitas@ufac.br.

⁸ Graduando do Curso Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre - Ufac - Campus Floresta. E-mail: paulo.evangelista@sou.ufac.br

⁹ Graduando do Curso Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre - Ufac - Campus Floresta. E-mail: pedro.rian@sou.ufac.br

profunda sacralidade, ampliando a concepção de acesso à justiça existente hodiernamente. Para tanto, como meios de construção do presente trabalho, utilizou-se bases bibliográficas, visto o caráter do tema buscado, lastreou-se nos entendimentos de pesquisadores e doutrinadores, em especial a obra: Conservação Natural e Cultural de Robert Wild. Nessa perspectiva, com a busca bibliográfica e, por consequência, teórica, se conjectura levantar material suficiente para compreender a manifestação dos SNS e sua possível implementação no sistema jurídico vernáculo. Com isso, aproveitou-se da metodologia qualitativa, tangendo os métodos hipotético-dedutivos, para auferir resultados relevantes que poderão ou não constatar a devida consonância com o tema. Nas postulações iniciais, se pontua o déficit de imersão jurídica e institucional na compreensão e observação na regulamentação em adequação desses locais sagrados e a dinâmica social do meio ambiente, necessitando a interpretação do mundo jurídico às vicissitudes que a realidade impõe. Diante desse cenário, é relevante ressaltar a prematuridade da pesquisa, levando em consideração a pouca matéria bibliográfica e jurídica sobre o assunto, por isso as conjecturas feitas são traços que levarão a linhas mais concretas e firmes com a realidade que permitam enveredar-se profusamente nos SNS e sua contribuição para o enfrentamento de óbices, garantindo que incidem rotas mais humanas, jurídicas e harmoniosas para a conservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Sítios naturais sagrados; Justiça climática; Justiça ambiental.

Referências

FOUNDATION for Sustainable Development (org). **Believing is seeing:** integrating cultural and spiritual values in conservation management. Gland, Switzerland: UICN, 2007.

WILD, Robert; MCNEELY, Jeffrey; OVIEDO, Ganzalo. **Sacred natural sites conserving nature and culture.** London: Earthscan, 2010.

Cajur



O Centro Acadêmico de Direito do Vale do Juruá representa as vontades coletivas do corpo discente do curso de Direito da Universidade Federal do Acre - *campus* Floresta, informando-os sobre editais, convites e atividades, além de prestar informações e defender contra violações aos direitos do corpo estudantil.



[@cajur_ufac](https://www.instagram.com/cajur_ufac)



ca.direitojuru@gmail.com

Projeto de extensão realizado pelo Edital Proex nº 01/2023: Apoio à Realização de Ações de Extensão - Fluxo Contínuo